

# A atuação da Igreja Progressista junto aos Conselhos de Moradores do Recife: do Regime Militar à redemocratização (1964-1985)

*Geane Bezerra Cavalcanti*

Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Recife, Pernambuco, Brasil  
[geane17@yahoo.com.br](mailto:geane17@yahoo.com.br)

---

**Resumo:** Este artigo tem como tema a atuação da Igreja Católica Progressista junto aos movimentos e organizações populares de bairro durante o Regime Militar na cidade do Recife. Como objetivo buscou-se compreender a atuação e a importância da igreja para a reorganização dos movimentos populares de bairros após o golpe militar de 1964, assim como a vigilância exercida pelo DOPS sobre a igreja e os conselhos de moradores. Além dos fatores que levaram ao enfraquecimento destes movimentos no período pós-redemocratização.

**Palavras-Chave:** Regime Militar, Associações de Bairro, DOPS, Igreja Progressista.

---

## Introdução

As associações de bairro começaram a surgir no Recife a partir de 1955 com o apoio político do então prefeito da cidade Pelópidas Silveira<sup>1</sup> e da Frente do Recife<sup>2</sup>. A intenção era trabalhar junto com as comunidades do Recife e fazer com que estas contribuíssem na administração da cidade, apontando as suas necessidades prioritárias. Escolas, creches, transporte, acesso à água, iluminação pública eram as maiores reivindicações das comunidades que cresceram de forma rápida e desordenada, uma vez que nos morros e córregos faltavam praticamente tudo. As associações de bairro tornaram-se, assim, um ambiente democrático no qual estas pessoas, até então esquecidas, tinham voz e conseguiam exercer a sua cidadania que por muito tempo lhe foi privada.

---

<sup>1</sup> Prefeito da cidade do Recife no período entre 1955 e 1959.

<sup>2</sup> Coligação formada pelo PCB, PSB e PTB para enfrentar as eleições que sucederam em Pernambuco a partir de 1955, formava a esquerda de Pernambuco (JACCOUD, 1990, p. 86).

As associações não surgem apenas com o incentivo político, mas sim das reais necessidades que os moradores dos bairros suburbanos possuíam. Muitas surgem espontaneamente, sem apoio partidário. As associações não reivindicavam apenas melhorias urbanas, queriam também uma participação maior na vida política do Estado.

Participando cada vez mais das lutas populares que se apresentavam na cena política de Pernambuco, as associações de bairro ultrapassaram os limites da representação dos moradores por melhores condições de vida e procuraram inserir-se num contexto maior de busca de ampliações do espaço político de atuação das populações carentes do Recife (JACCOUD, 1990, p. 91).

Em todo Recife o que se via eram associações bastante atuantes, mesmo algumas recém-formadas já realizavam reuniões com os moradores para discutir os problemas do bairro e fazer suas reivindicações junto à prefeitura através de abaixo-assinados e reuniões com o prefeito. Incomodados com o crescimento das associações de bairro, os vereadores que faziam oposição ao prefeito Pelópidas passaram a acusar estas organizações de comunistas e subversivas. A Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS-PE passou a investigar as associações, chegando a realizar algumas prisões.

Com o golpe de 1964 as associações de bairros foram fortemente combatidas pelo regime que se implantava. Muitos líderes comunitários foram presos e espancados, sedes das associações foram invadidas, metralhadas, tiveram seus materiais apreendidos e foram fechadas. A ação rápida e violenta dos militares fez com que as associações de moradores praticamente desaparecessem, restando muito poucas, apenas aquelas que demonstraram apoio ao regime sobreviveram e tiveram suas reivindicações atendidas (FREIRE, s.d).

## **A Igreja Progressista e os Conselhos de Moradores**

*“Trabalhar com o povo e não para o povo”  
(Lema do grupo Encontro de Irmãos)*

Com as associações praticamente extintas, a igreja Católica Progressista, através da Teologia da Libertação, possuiu um papel fundamental no que diz respeito ao

ressurgimento dos movimentos populares de bairro. A Operação Esperança Urbana, a criação das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's e conselhos de moradores em diversos bairros do Recife conseguiram mobilizar novamente a população com o intuito de reivindicar melhores condições de vida. Como afirmou em uma entrevista o padre Reginaldo Veloso:

Muitas associações se acabaram com a repressão devido ao clima de medo instaurado, todos de organização popular estavam sob suspeita como ação comunista, subversiva, e realmente haviam pessoas do partido comunista, partido de esquerda, que atuavam nessas organizações também. Eu sei que... de chegada, um tempo, eu diria assim, de recessão da organização popular e nós da igreja através do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base das paróquias de Olinda e Recife, nós realmente durante o tempo da ditadura fomos um movimento de igreja que se identificou com os movimentos sociais, com o que restou dos movimentos sociais, das pessoas que não mais participavam abertamente de uma organização por medo da repressão, mas que procuravam nos espaços da igreja se abrigarem, vamos dizer assim. Esse movimento de igreja sustentou o mínimo de organização popular que havia naqueles anos de chumbo (Entrevista com Reginaldo Veloso<sup>3</sup>).

Ainda em 1964, Dom Helder Câmara é eleito arcebispo de Recife e Olinda. Simpatizante da teologia da libertação, Dom Helder irá atuar na defesa dos mais carentes e oprimidos, além de ser um combatente das atrocidades da ditadura militar. É sob a proteção da igreja progressista que os movimentos de bairro e outras organizações populares, como a Ação Católica Operária (ACO) e Juventude Operária Católica (JUC) irão se reorganizar e burlar a vigilância militar.

Após as fortes chuvas e a cheia do rio Capibaribe, no qual famílias inteiras ficaram desabrigadas, em junho de 1965, D. Hélder organiza a Operação Esperança Urbana no Recife. Lançado em setembro de 1965, tinha por objetivo mobilizar a sociedade e o governo para realizar melhorias nas comunidades atingidas pelas cheias, para isso D. Hélder contou com a participação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da iniciativa privada. Os esforços resultaram na recuperação de 6.676 casas (CEZAR, p. 7, s.d)<sup>4</sup>.

Em um trecho da cartilha Rearticulação dos Movimentos: Operação Esperança e Terras de Ninguém, elaborada por Maria do Céu do E. S. Cezar, consta um trecho da fala de um ex-voluntário que diz acreditar que a Operação Esperança teria surgido por “medo do comunismo, para impedir o comunismo de avançar”. Para isso se fez

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 14/05/2012, Recife-PE. O padre Reginaldo Veloso começou seu trabalho de evangelização em casa Amarela no ano de 1968 com a criação de uma CEB's na comunidade da Macaxeira, depois desenvolveu o mesmo trabalho em outras comunidades do bairro, foi um dos fundadores do conselho de moradores do Morro da Conceição em 1980. Vive em Casa Amarela até hoje.

<sup>4</sup> Cartilha elaborada pela FASE, Recife – PE. Autoria de Maria do Céu do E. S. Cezar. Localizada no Instituto D. Hélder Câmara, no Recife. A obra não consta o ano em que foi feita.

necessário o combate à fome (CEZAR, p. 7, s.d). Esta opinião é bastante interessante, pois se opõe ao que os militares diziam, já que estes acreditavam que D. Helder apoiava o comunismo. Por outro lado confirma a existência do “medo comunista”, que se apoiava em uma forte propaganda e especulação como encontramos em Montenegro (2010).

D. Helder apresenta os planos da Operação Esperança em uma reunião na Câmara de Vereadores no Recife em 30 de junho de 1965, segundo o relatório do DOPS sobre esta reunião ficou evidente como ela era bem organizada por D. Helder. A Operação Esperança contou com a participação de empresas privadas, instituições públicas, prefeituras e estudantes universitários e procurava diminuir as desigualdades fornecendo habitações dignas para os pobres. Segundo D. Helder a convivência com a violência em que muitos jovens viviam era fruto da falta de moradia e local digno para viverem. Foi a partir da Operação Esperança que D. Helder estimulou os conselhos de moradores, pois acreditava que os moradores das comunidades tinha um papel fundamental nesta iniciativa<sup>5</sup>.

Para que a iniciativa nos bairros desse certo foi preciso organizar os conselhos e associações de moradores. Estes tinham por finalidade identificar as lideranças locais e estimular o processo de conscientização dos moradores em relação a sua comunidade. Assim surgiram inúmeros conselhos de moradores nos altos, córregos e em outras áreas pobres do Recife. Estes movimentos estavam ligados à igreja, contavam com o apoio de padres e freiras estimulados por D. Hélder a trabalharem com a população carente. Os líderes comunitários se reuniam em assembleias para discutir as necessidades das comunidades, reivindicavam melhorias para seus bairros através de abaixo-assinados e pequenas manifestações e protestos. Os conselhos de moradores também possuíam um papel assistencialista, alguns ofereciam cursos profissionalizantes e lá também eram realizadas vacinações, atividades culturais e de educação.

D. Hélder teve participação direta na formação do Conselho de Moradores do Alto José Bonifácio, comunidade de Casa Amarela. Para isso ele contou com a colaboração do Sr. João José da Silva, morador da comunidade e ex-motorista da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, que também trabalhava como taxista e prestava serviços a D. Helder o levando para eventos e comunidades que o arcebispo queria conhecer. Em entrevista o Sr. João relata como se deu a criação do conselho de moradores do Alto José Bonifácio:

---

<sup>5</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.672.

Eu carregava D. Hélder em carro de praça (taxi) pra vários eventos que ele ia e ele me chamava e eu ia atender ele. Depois ele resolveu entrar nas associações de moradores, porque ele trazia gente de fora, de tudo que é lugar ele trazia, pra fazer as melhoras dos setores, tanto dos alagados como dos altos. Foi uma iniciativa de D. Hélder formar uma associação de moradores. Aí primeiro ele conversou comigo, ele me perguntou... Disse – lá onde você mora lá é alto ou é baixo? – eu disse é alto, ele disse – tem alguma igreja católica por lá? – eu disse tem não, lá tem uma capelinha, mas não é igreja não, é uma casinha que tem... Ele disse – tem colégio? – eu disse tem um colégio grande: o Caio Pereira. Aí ele disse – eu vou fazer uma reunião lá uma noite... dá pra gente fazer? Eu disse - dá D. Hélder, ele disse – olhe você convida o pessoal que vai pra igreja, convida o pastor da igreja de crente e algumas pessoas que você conheça e que goste de trabalhar... – aí eu disse tá certo (...) aí começamos a fazer a reunião, depois eu falei com as irmãs da igreja, que não tinha lugar pra gente se reunir aí fomos fazer a reunião na igreja (Entrevista com João José da Silva<sup>6</sup>).

A partir deste momento o Conselho de Moradores do Alto José Bonifácio passa a mobilizar cada vez mais a população da comunidade para reivindicar melhorias para o local. Um terreno é comprado com a ajuda das freiras onde é construída a associação dos moradores. Boa parte da estrutura do Alto José Bonifácio foi construída nesta época, como: escadarias, posto de saúde e a quadra esportiva. Além disso, por conta da pobreza, atividades sociais, como doações de alimentos e colchões também eram realizadas pela associação que ainda fornecia cursos profissionalizantes gratuitamente. O padre Reginaldo Veloso, que era o pároco da igreja da comunidade, também participava de algumas reuniões. Seu João ou seu galego, como é mais conhecido na comunidade, assume a presidência da associação em 1981, permanecendo até, aproximadamente, 1984. Porém a associação é anterior a este período, surgiu ainda na década de 1960.

Segundo Sr. João era proibida a participação de políticos no conselho de moradores, e estes definitivamente não participavam delas, a não ser como convidados para as reuniões na qual se reivindicavam melhorias para a comunidade.

Outro movimento também criado por D. Hélder que teve atuação nos bairros foi o Encontro de Irmãos, iniciado em 1969. Eram realizados encontros de religiosos com a população local com o intuito de discutir os problemas do bairro sob “a Luz do evangelho”. Seus lemas eram “pobre evangelizando pobre” e “trabalhar com o povo e não para o povo”.

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada em 14/11/2012, Recife – PE. João José da Silva foi um dos fundadores do conselho de moradores do Alto José Bonifácio e ex-presidente, ele não soube informar o ano da fundação do conselho, mas pelo que foi encontrado em um periódico na FUNDAJ (Anexo 27) deve ter surgido na segunda metade da década de 1960. Ainda hoje mora na comunidade.

Para a melhor compreensão dos populares sobre a importância da união e de refletirem sobre a sua realidade social, os religiosos utilizavam em seus discursos passagens bíblica da vida de Jesus e as comparavam com a vida do povo.

Este era um movimento que partia de dentro da igreja, assim como as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's. Estas comunidades surgem em diversos bairros da zona norte de Recife, principalmente nas periferias, como: Morro da Conceição, Alto José Bonifácio, Córrego José Grande, Macaxeira, Mangabeira, etc. A partir do trabalho das CEB's foi possível o surgimento de conselhos de moradores. Estes vinham substituir as antigas associações de moradores. O apoio da igreja para sua criação é demonstrado em um documento pertencente ao DOPS-PE, que relata a criação do conselho de moradores no Bairro do Vasco da Gama com o apoio de D. Helder Câmara.

No Bairro de Casa Amarela o apoio da igreja católica foi importante, principalmente, para a conquista da posse da terra pelos moradores do bairro através do movimento “Terra de Ninguém” (FREIRE, s.d). Este movimento tinha por objetivo garantir a posse da terra para os moradores dos morros de Casa Amarela, que eram obrigados a pagar o “aluguel de chão” para seus supostos proprietários, pessoas que se diziam donos daquela terra, porém nunca apresentaram um documento oficial que comprovasse que as mesmas lhes pertenciam por direito. Este movimento revela um problema histórico do Brasil: a concentração de terras. Muitas terras estavam nas mãos de poucas famílias, isso ocorria não apenas nas zonas rurais, mas também nas áreas urbanas.

Na década de 1970, em casa amarela, o padre Reginaldo Veloso organiza uma Comunidade Eclesial de Base - CEB's que contará com a participação efetiva da comunidade. Estas CEB's eram “pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos padres ou bispos” (BETTO, 1985, p 16). São os leigos que organizam as missas e as atividades das paróquias. Possuíam como missão lutar a favor dos mais carentes, “libertando” o povo da opressão. Em suas reuniões, além de orações e cantigas, eram comuns debates sobre os problemas enfrentados pela comunidade e discutiam-se os meios para reivindicar melhorias para o bairro. Elas se estendiam por todo Brasil, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, cada CEB's possuindo sua própria organização (BETTO, 1985).

As CEB's deram origem a vários conselhos de moradores. Isto porque o objetivo destas comunidades de base não era apenas refletir a palavra de Deus, ela também

incentivava os cristãos a refletirem sobre sua condição social e a buscarem melhorias para suas vidas e comunidade. Como afirma o padre Reginaldo Veloso:

As CEB's eram realmente um lugar de evangelização, essa evangelização se fazia motivando as pessoas tanto na sua reflexão quanto na sua oração a se tornarem pessoas comprometidas com a mobilização da população e a organização da população na busca dos seus direitos (Entrevista com Reginaldo Veloso).

Para despistar o olhar rigoroso do regime militar, as novas organizações eram chamadas de conselho de moradores, procurando se distinguir das antigas associações de moradores. Juntos, igreja e comunidade reivindicavam melhorias para o bairro e assim obtêm vitórias. Eliana Freire explica muito bem a importância das CEB's e o suporte que ela fornece às manifestações organizadas pelos populares de Casa Amarela na luta por uma vida digna:

Com o apoio da população o movimento das CEB's progrediu bastante, contribuindo assim para estimular a formação de um movimento que lutasse diante dos poderes públicos pelos interesses da população e, ao mesmo tempo, não fosse contra o poder do Estado – os conselhos de moradores. Nos anos de 1970, o conselho de moradores de Casa Amarela empreendeu importantes lutas de resistência, organizando diversas manifestações, reivindicando qualidade de vida e protestando contra as políticas públicas do governo local. Dessa forma, conseguiram mudar projetos de urbanização e boicotar as estratégias dos poderes públicos de controlar os movimentos (FREIRE, s.d).

Ao que parece, a única diferença existente entre as associações de bairros e os conselhos de moradores é a nomenclatura, pois ambos possuem os mesmos objetivos de participação popular na administração pública da cidade do Recife: a reivindicação por melhorias estruturais nos bairros e, até mesmo, a posse da terra nas áreas consideradas irregulares. Mas outro ponto que nos chama atenção é que por trás das associações de moradores normalmente existiam alguns partidos políticos, como o PCB e a Frente do Recife. Já nos conselhos de moradores identificamos, a princípio, apenas a igreja Católica Progressista promovendo a organização e o funcionamento destas entidades. São os conselhos de moradores que trabalharam nos anos ditatoriais, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, elas conviveram com o rigor da ditadura tanto no auge quanto na derrocada do regime.

Estes conselhos de moradores obtiveram muitas vitórias sociais para sua comunidade, principalmente o conselho dos moradores do Morro da Conceição, um dos mais atuantes da época, ligado diretamente à igreja e ao padre Reginaldo. Através de

reuniões, manifestações e abaixo-assinados os moradores do Morro conseguiram ter acesso à água, energia elétrica, pavimentação de suas ruas, escolas, creches, coleta de lixo e um projeto piloto de saúde da família. Todo isso acarretou em um significativo aumento da qualidade de vida de seus moradores.

### O DOPS-PE e sua relação com a Igreja Progressista e os Conselhos de Moradores

*“Se eu dou comida a um pobre, me chamam de santo, mas se eu pergunto por que ele é pobre, me chamam de comunista” (Dom Hélder Câmara).*

A igreja progressista era uma ala da igreja Católica formada por teólogos e padres bastante politizados e engajados na luta contra a miséria e opressão do povo. Atuava principalmente na América Latina, continente de maioria católica. Ela representa “A reflexão daqueles setores da igreja que assumiram as lutas populares visando transformações sociais que possibilitem a satisfação das necessidades básicas e, com isso, a realização dos direitos humanos fundamentais” (BOFF, 1996, p. 124).

Por combater a opressão e lutar pelos direitos dos mais pobres reivindicando uma sociedade menos injusta, a Teologia da Libertação acabou se aproximando de algumas categorias da tradição marxista, consequentemente, do socialismo. Porém, segundo Boff (1996, p. 120) o socialismo nunca foi colocado como modelo a ser seguido, mas era visto como “uma mediação para realizar melhor a vida e a justiça dos oprimidos”. É por possuir esta linha ideológica que muitos padres seguidores da Teologia da Libertação foram apontados como comunistas e perseguidos pelo Regime Militar em toda América Latina.

Esta perseguição a padres que trabalhavam junto aos movimentos populares ligados à igreja se intensifica em Pernambuco logo após a nomeação e chegada de D. Hélder como arcebispo de Olinda e Recife, em 11 de abril de 1964. Principalmente a partir da negação do arcebispo de assinar um documento a favor do golpe de Estado e de suas declarações no qual dizia ter “o coração aberto para os homens de todos os credos e todas as ideologias” (D. HÉLDER *apud* CIRANO, 1983, p. 10).

Em 12 de agosto de 1966 foi divulgado, através da imprensa, duas circulares da 10ª Região Militar, sediada em Fortaleza – CE, acusando D. Hélder de demagogo e



comunista. Isto se devia ao apoio que D. Hélder e outros Bispos do nordeste demonstraram através de um manifesto à Ação Católica Operária - ACO, por conta de um documento elaborado pela organização em que denunciava as condições socioeconômicas dos trabalhadores do Nordeste, documento este que desagradava os militares. Nas circulares o General Itiberê Gurgel do Amaral acusa D. Hélder de “estar sempre agitando ideias e, através delas, os homens” (CIRANO, 1983, p. 28).

Inicia-se assim uma tensão entre igreja e Estado, no qual alguns acreditavam que poderia haver um rompimento nas relações entre ambos. Porém, isto nunca aconteceu de fato, até porque poucos dias depois o então presidente do Brasil, Marechal Castelo Branco, tem um encontro com D. Hélder no Recife, o que esfria os ânimos. Mas, os choques e conflitos entre igreja e militares ainda ocorriam com certa frequência (CIRANO, 1983).

D. Hélder incomodava tanto os militares quanto membros da própria igreja. O arcebispo de Diamantina, Dom Sigaud, lhe fez duras críticas e mostrava apoio total ao Regime Militar. Segundo Cirano (1983, p. 47) a campanha contra D. Hélder era tão intensa “que chegou ao ponto de, por exemplo, os militares brasileiros afirmarem que acreditavam na ‘Igreja de Dom Sigaud’ e não na ‘Igreja de Dom Hélder’, esta última considerada uma ‘Igreja subversiva’”.

A igreja católica progressista implantou seu trabalho através das CEB's, e com elas procurava se aproximar das camadas mais carentes da população. As CEB's contribuíram com a formação e estruturação de alguns movimentos populares, inclusive associações de moradores. O trabalho desenvolvido por elas era acompanhado de perto pelo regime militar que constantemente acusava padres de serem comunistas. Muitos religiosos chegaram a ser torturados, presos e até mortos pelo regime (MONTENEGRO, 2010). Apesar de serem permitidas pelo regime, seus encontros e discussões eram sempre vigiados por militares.

Alguns fatores favoreceram a aproximação do povo com a igreja progressista. Entre eles está o fato do Brasil ser um país de maioria católica e da igreja ainda possuir credibilidade perante a população, como explica Frei Betto:

Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos (BETTO, 1985, p. 19-20).

O Encontro dos Bispos do Nordeste recebeu bastante atenção do DOPS e da imprensa nacional. Foi encontrado o prontuário deste evento com vários recortes de jornais de diferentes datas durante a década de 1960. Estes recortes traziam outras reuniões de Bispos pelo país e mostram uma igreja politizada, preocupada com as condições sociais do povo, principalmente com os camponeses, contrária ao comunismo e defensora da democracia<sup>7</sup>.

A Operação Esperança também recebeu atenção do DOPS. Em seus prontuários foi encontrado o da organização criada por D. Helder e nele estava o relatório do lançamento do projeto em uma reunião realizada na câmara dos vereadores no Recife além de todo o estatuto da organização. Este último frisava que a mesma era uma entidade extrapartidária. Os relatórios são dos anos 1965, 1968, 1970, 1971, 1972 e 1973, o que revela um acompanhamento e vigilância do DOPS permanente sobre esta organização. Pessoas que trabalhavam na Operação Esperança também foram investigadas, como Maria José, também conhecida como Zezita, uma das secretárias de D. Helder e responsável pela distribuição do material de construção para as pessoas cadastradas na organização<sup>8</sup>. É evidente que para os militares a Operação Esperança era uma ação subversiva.

O trabalho desenvolvido pelo padre Reginaldo Veloso nas comunidades de Casa Amarela não passou despercebido pelo olhar rigoroso do regime militar, por conta do mesmo seguir a teologia da libertação e por manter estreitos laços com Dom Helder Câmara. Apesar das CEB's e conselhos de moradores serem permitidos, militares frequentavam as reuniões e "passeavam" pela comunidade passando na frente das casas dos moradores que frequentavam as reuniões, o que não deixa de ser uma maneira de intimidação. O próprio Reginaldo Veloso foi vítima do regime. Desde 1968, ano em que chegou a paróquia do bairro da Macaxeira, vinha sendo vigiado. Seus panfletos, que eram distribuídos para os moradores que também eram operários da fábrica da Macaxeira, incentivando os trabalhadores a refletirem sobre suas vidas e sobre o evangelho são considerados subversivos, tendo inclusive um agente do DOPS indo investigar os arredores da fábrica, chegando até um padre belga que trabalhava com Pe. Reginaldo na Paróquia da Macaxeira<sup>9</sup>.

Em entrevista, relatou que em 1980, mesmo ano da fundação do conselho de moradores do Morro da Conceição, por mostrar solidariedade ao padre italiano Vito

<sup>7</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 1430.

<sup>8</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.672.

<sup>9</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 25.060.

Miracapillo<sup>10</sup> em uma nota de jornal, foi processado na lei de segurança nacional. Apesar de ter respondido em liberdade, a população indignada mostrou-lhe apoio e protestou contra a decisão judicial. De uma forma indireta, este fato acabou contribuindo para o fortalecimento do movimento do bairro.

Tudo isso também ajudou a fortalecer a organização dos moradores, porque enquanto eles me apoiavam por causa da perseguição que eu estava sofrendo do regime militar, eles se fortaleciam como movimento popular e crescia o sentido de organização e de luta pelos direitos (Entrevista com Reginaldo Veloso).

Ainda no ano de 1980, Pe. Reginaldo é chamado de subversivo e de agitador em um relatório do DOPS, que se encontra no seu prontuário individual. Seu trabalho junto às comunidades o levou a ser fichado pelo DOPS.

Segundo padre Reginaldo, havia certa “tolerância” por parte dos militares em relação aos movimentos de igreja, pois, segundo o mesmo, os militares não queriam ficar conhecidos como perseguidores da igreja, nem como perseguidores de padres. Sua teoria é confirmada pelo Sr. João, ex-presidente do conselho de moradores do Alto José Bonifácio. Quando questionado se houve algum tipo de pressão ou intimidação por parte dos militares contra o conselho de moradores do Alto José Bonifácio ele nos responde da seguinte forma: “não houve nenhuma pressão em momento nenhum (...). Em todo tempo que participei... Pode-se dizer que era um movimento da igreja, então não houve pressão nenhuma do Regime Militar” (Entrevista com João José da Silva).

Sr. João associa o fato do conselho de moradores do Alto José Bonifácio não ter sofrido nenhum tipo de retaliação dos militares por ser o mesmo movimento de igreja. Porém isto não impedia que houvesse uma vigilância sobre as associações e conselhos de moradores, sobretudo aos sacerdotes que apoiavam e incentivavam este tipo de iniciativa.

Os conselhos de moradores eram fortemente vigiados, pois os militares suspeitavam que práticas subversivas ocorressem nestes locais. Pe. Reginaldo afirma que era comum a presença de militares nas missas e reuniões e que a própria população avisava sobre as reuniões para que eles verificassem que os conselhos não possuíam ligações com comunistas.

---

<sup>10</sup> Padre italiano que trabalhava com comunidades da cidade de Ribeirão, interior de Pernambuco. Respondeu processo e foi acusado de ser subversivo, sendo expulso do país em 1980.

Nós éramos tolerados porque éramos gente de Igreja e os militares não queriam aparecer como perseguidores da Igreja. Ao mesmo tempo éramos vistos como pessoas perigosas, que precisava estar de olho por conta das coisas que do ponto de vista do Regime Militar eram subversão e aí, nós, ao mesmo tempo, estávamos celebrando nossas missas, fazendo nossas reuniões, mobilizando os cristãos e toda população para uma causa etc, e o pessoal do DOPS, o pessoal da quinta seção do exército, dos órgãos de inteligência do exército, estavam nas missas, passando na casa do povo quando havia reuniões, para saber o que se conversava nessas reuniões (...). Participar das reuniões, reivindicar direitos, soluções de problemas, tudo isso era suspeito ou soava a subversão e dava medo... Aos poucos é que o pessoal foi reconquistando a coragem e encontrando maneiras de driblar o aparato da repressão. Com o movimento Terras de Ninguém a gente procurou os militares pra comunicar que a gente estava fazendo as reuniões e era uma luta aberta. A gente procurava fazer a coisa de uma maneira aberta (Entrevista com Reginaldo Veloso).

Um dos motivos desta certa tolerância que Pe. Reginaldo afirma ter existido se deve ao fato de muitas organizações de bairro estarem ligadas à igreja, como o conselho de moradores do Morro da Conceição, um dos mais atuantes nos anos 80.

Foi encontrado no APEJE/DOPS o documento intitulado Conselho de Moradores no Fundo SSP-DOPS: 1061, no qual consta, além do relatório da construção do conselho de moradores do Vasco da Gama com o apoio de D. Helder, um relatório sobre as eleições para presidência do conselho de moradores do bairro do Pina ocorrida em 24 de abril de 1983, com os nomes, endereço, documentação e fotografias dos membros pertencentes a chapa eleita. Também consta um recorte de jornal que revela a denúncia do presidente da associação de moradores do bairro de Brasília Teimosa contra policiais da SSP, que teriam invadido a associação e apreendido uma moradora do bairro e seu marido sem qualquer motivo aparente. Segundo o presidente da associação, os policiais passaram a rondar a área após a aprovação da legalização das casas que os moradores da comunidade habitam, desagradando muitos proprietários que possuem imóveis naquele local. Por isso os policiais estariam agindo para defender os interesses destes proprietários<sup>11</sup>.

Este ocorrido revela que alguns policiais agiam fora da lei para defender interesses particulares, sendo contratados por pessoas poderosas para reprimir iniciativas populares.

Apesar da certa “tolerância” dos militares aos movimentos sociais ligados à igreja muitos padres foram perseguidos, inclusive o padre Reginaldo Veloso. Por possuir ligações com conselhos de moradores, com as CEB’s e com o próprio Dom Helder, e por mostrar-se contra o Regime Militar abertamente em entrevistas e notas que eram

---

<sup>11</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 1061.

divulgadas em jornais da cidade, Pe. Reginaldo foi perseguido e preso entre os anos de 1968 e 1979. Em entrevista ele relata o que talvez tenha sido um dos momentos mais tensos de sua vida, quando em 1973 foi sequestrado por conta de um documento elaborado pelos bispos do nordeste, que era encabeçado por Dom Helder, chamado “Eu ouvi os clamores do meu povo”. Tal documento denunciava as más condições de vida do povo do campo e das cidades e exigia do governo medidas para contornar a situação precária da maior parte da população. Os militares desconfiavam que padre Reginaldo estivesse envolvido com o documento ou que ele saberia quem colaborou com a sua criação.

Em 1973 me sequestraram, quando estava (...) preparando o jornalzinho de domingo, era um sábado pela manhã no dia 16 de junho de 1973, aí me pegaram na igreja, me levaram para minha casa, vasculharam na igreja e na minha casa toda, vasculharam meus papeis, meus livros, me levaram na porta mala de um veraneio com a cara coberta de jornais (...) me levaram sequestrado daqui pro DOPS do quartel general, fiquei ali despido, só de cueca, mais ou menos das duas da tarde até as oito e meia da noite quando fui interrogado durante umas duas horas, com os olhos vendados sem saber com quem estava falando (...) fui e voltei com os olhos vendados, né? Tudo isso mexe um pouquinho com a gente (Entrevista com Reginaldo Veloso).

Apesar de realmente conhecer pessoas ligadas ao documento padre Reginaldo resistiu e não entregou seus amigos: “Claro que o momento do interrogatório foi o mais pesado, mas graças a Deus eu consegui driblar o tempo todo, eles não conseguiram arrancar de mim nenhuma informação da minha parte” (Entrevista com Reginaldo Veloso).

A partir da análise das informações levantadas podemos chegar à conclusão que a afirmação que diz “a igreja foi perseguida pelo Regime Militar” é muito genérica, pois não foi toda a igreja perseguida, mas sim a Ala da igreja progressista e os padres adeptos da teologia da libertação. Em Pernambuco, a perseguição se deu contra D. Helder e aqueles padres que seguiam o seu ideal de igreja. Isto fica claro na afirmação que alguns militares faziam dizendo que “acreditavam na ‘igreja de Dom Sigaud’ e não na ‘igreja de Dom Helder’, esta última considerada uma ‘igreja subversiva” (CIRANO, 1983, p. 47).

Dom Sigaud foi uma das vozes mais atuantes da “igreja tradicional” que se manifestava contrária às ideias de Dom Helder e mostrava apoio ao Regime Militar. Em uma entrevista realizada em 1968 ele critica a parte do clero que considera “esquerdista” e “subversiva”, e afirma também que o papel da igreja é de cuidar da parte espiritual dos cristãos, dando a entender que não devam atuar em outras questões,

como sociais e políticas (CIRANO, 1983, p. 50). Observamos assim uma divisão da igreja, na qual os seguidores da teologia da libertação correspondiam à menor parte, sendo, porém, a ala mais perseguida.

Além dos religiosos, alguns membros da população também foram perseguidos e ameaçados pelos militares. Outro movimento popular de Casa Amarela, que tinha relações com os conselhos de moradores, foi o chamado “Terras de Ninguém”. Este movimento era uma luta dos moradores de Casa Amarela pela posse do terreno, pois eram lhes cobrados taxas irregulares para que ali eles pudessem morar. Caso o valor não fosse pago os moradores corriam o risco de serem despejados.

O movimento ganhou força a partir da iniciativa dos próprios moradores de se reunirem e discutirem o tema. Montenegro (2010) relata em sua obra as entrevistas realizadas na década de 1980 com antigos representantes do bairro e o significado que este movimento teve para as pessoas da comunidade. O incômodo que as autoridades tinham com as reuniões dos moradores durante o regime ditatorial é evidenciado através do depoimento de Manoel Marques, um dos líderes deste movimento:

Quando marcava outra reunião pra outra semana, a gente chagava lá, o homem estava de porta fechada, que ia policiais dizer que, se abrisse a porta pra fazer outra reunião, eles iam prender tudinho. Aquele comboio de comunista tava fazendo, ia tudo para o pau, tanto quem fosse pra lá e quem deixasse. A gente chegava, muita gente, com medo, não abria as portas nas outras semanas pra gente se reunir. Enfrentamos tudo isso, mas hoje o povo não está pagando mais o aluguel da casa, não é? O aluguel do chão (Manoel Marques de Melo *apud* MONTENEGRO, 2010, p. 65-66).

Manoel Marques relata neste trecho do seu depoimento as ameaças de irem para o “pau” que os moradores que cediam suas casas para as reuniões do movimento sofriam, além do medo que os moradores tinham de participar das reuniões por conta das ameaças. Isto mostra o trabalho árduo, de anos sobre ameaças e medo, até conquistarem finalmente os seus objetivos. Os moradores receberam definitivamente a posse de suas terras no final da década de 1980, ficando livre das taxas cobradas indevidamente, o chamado “aluguel do chão”.

### **Conclusão: as associações e conselhos de moradores no pós-redemocratização**

Os conselhos de moradores voltam a possuir bastante força e influência política nos anos 1980. Os do Morro da Conceição e de Brasília Teimosa eram os mais atuantes

da época. Os conselhos se distribuíam em vários bairros do Recife, principalmente nas comunidades de Casa Amarela, e em sua maioria estavam ligados à igreja. Eles de fato representavam a população e conseguiam que suas reivindicações, de melhorias como saneamento, água, iluminação pública, escolas, creches, postos de saúde, escadarias, contenção de barreiras, transporte e outros, fossem atendidas.

É inegável que estes movimentos de bairro perderam sua força principalmente após o processo de redemocratização a partir de 1985. Afinal, o que aconteceu ou o que contribuiu para este enfraquecimento? O que podemos constatar é que foi na realidade um conjunto de fatores que contribuíram para o enfraquecimento dos conselhos de moradores.

Segundo Padre Reginaldo, quando questionado sobre o enfraquecimento dos movimentos populares, um dos principais fatores para que isto ocorresse teria sido a inserção de lideranças dos bairros na política.

Houve um enfraquecimento porque a liderança popular autêntica que surgiam desses movimentos, dessa organização popular e que tinham, assim, uma autonomia maior frente às autoridades políticas, legislativas, ao executivo, essas lideranças quase todas receberam cargos e como é... pessoas que faziam parte das gestões perderam seu poder de barganha. Já não tinham o mesmo tipo de... reunir, mobilizar a população para contestar, para protestar, para reivindicar, porque estavam ligados ao sistema, aquilo que o povo chama de “rabo preso” né? E é essa situação que estamos no momento (Entrevista com Reginaldo Veloso).

Esta declaração mostra uma nova estratégia política de conter os movimentos sociais, de uma maneira mais inteligente e disfarçada, pois quando se é oferecido cargos políticos a pessoas ligadas aos movimentos sociais, espera-se que estes saiam fortalecidos por possuírem um representante no poder. Porém, ao que parece, não é o que acontece, pois estes são facilmente corruptíveis pelo sistema e se aliam aos políticos que defendem apenas os seus interesses e de grupos reduzidos, como as elites que financiam seu cargo.

Para seu João, ex-presidente do conselho de moradores do Alto José Bonifácio, as lideranças que surgiram após este período não eram tão comprometidas com a causa. Este é um ponto que também devemos levar em consideração: a falta de lideranças. Talvez seja a falta de lideranças autêntica que Padre Reginaldo se referia.

Outros fatores externos e até históricos devem ser lembrados. No período do Regime Militar as pessoas tinham mais motivos para serem politizadas, para se engajar politicamente, pois muitas eram contrárias a ditadura. Após a redemocratização este

engajamento político se perdeu, como se já não fizesse mais sentido. Com isso muitos movimentos se enfraqueceram e outros surgiram.

Outro ponto é a participação da igreja. Durante o regime ditatorial a igreja progressista era mais envolvida politicamente e sensível às causas sociais, trabalhava diretamente com o povo e estimulava os movimentos populares, entre eles os de bairro. Após a redemocratização, correntes tradicionais da igreja ganharam força, sufocando a Igreja Progressista e seu trabalho. É o que ocorre, por exemplo, no Recife, após a saída de D. Hélder do cargo de arcebispo de Olinda e Recife. Hoje a igreja já não possui a mesma atuação que antes e prefere ficar fora de assuntos políticos, a não ser em temas como o aborto ou o casamento gay. A igreja ainda possui projetos assistencialistas como a Pastoral da Criança e a Campanha da Fraternidade, mas sua participação política é ainda muito tímida.

Hoje ainda há muitas associações de bairro espalhadas pelo Recife, inclusive em Casa Amarela, porém em número bem menos que anteriormente. Elas ainda servem de apoio para a população da comunidade, desenvolvem trabalhos gratuitos, também buscam reivindicações junto à prefeitura para a solução de seus problemas, porém, não encontramos a mobilização esperada, sendo poucas as pessoas que ainda participam das assembleias nos bairros.

Ainda assim, encontramos as associações de moradores do Morro da Conceição e do Alto José Bonifácio funcionando normalmente, com prestações de serviços para a comunidade. A associação do Alto José Bonifácio, segundo a tesoureira voluntária Lúcia, realiza distribuição de leite integral, possui aula de artes marciais, atendimento psicológico e jurídico, e o salão da associação é alugado para festas. O dinheiro é utilizado na manutenção do espaço. Além disto, salas de aula estão sendo construídas e já tiveram cursos sendo realizados lá, inclusive o Pró-jovem, programa do Governo Federal. Este ano ainda não houve cursos. O local também dispõe de serviço eleitoral no qual é possível emitir título de eleitor. A associação também conta com associados que pagam uma taxa simbólica no valor de R\$ 3,00, que lhes dão direito a ter prioridade nos atendimentos.

Para o senhor João, os conselhos e associações hoje servem apenas como “trampolim político”, o que corrobora com o pensamento do Padre Reginaldo. A própria associação de moradores do Alto José Bonifácio é uma prova disto. Seu antigo presidente, que assumiu o cargo já neste século, foi reeleito vereador do Recife e seu maior eleitorado se encontra justamente na comunidade do Alto José Bonifácio.



Estes fatos nos fazem indagar se as associações fortes e independentes teriam ficado para trás ou, ainda, como as associações de bairros podem voltar a ser entidades fortes e representativas na vida política da cidade? Para Padre Reginaldo, não precisa, necessariamente, aparecer alguma situação nova para que os movimentos sociais, inclusive os conselhos e associações de moradores, voltem a ser entidades fortes. Para ele é preciso retomar a consciência de que só um órgão autônomo, não ligado a partidos políticos, possuirá um poder de barganha para dialogar com as autoridades públicas e assim conseguir suas reivindicações.

Estamos precisando de novo de descobrir que a pressão popular, a organização autônoma e independente do povo, seja em nível sindical, seja em nível de organização de bairro e nos sítios da zona rural, dos camponeses, operários e etc, que essas organizações autônomas é que vão poder ter o poder de barganha que tinham na Ditadura, agora no regime de democracia, mas que necessita dessa pressão popular pra poder funcionar realmente a favor dos interesses da população (Entrevista com Reginaldo Veloso).

Esta é uma análise não só interessante como também verdadeira. Temos exemplos de associações independentes politicamente que possuem mais credibilidade e são mais atuantes, como as colônias de pescadores que existem em Pernambuco. Porém, neste momento não foi encontrado nenhum vestígio de mudança, o que nos leva a crer que a situação de pouca atuação e convivência política das associações e conselhos de moradores ainda permanecerá por muito tempo.

Enquanto isso os populares descobriram um novo modo de reivindicar melhorias para as suas comunidades: é cada vez mais frequente as pessoas procurarem programas de televisão local para fazerem as denúncias. Este tipo de iniciativa também mostra resultado, porém a organização popular e reivindicação diretamente na prefeitura não pode ficar para trás, pois estas organizações, como buscamos demonstrar neste artigo, também servem para conscientizar as pessoas politicamente e estimulam o sentido de fazer parte de uma comunidade e de possuírem uma identidade.

---

## THE PERFORMANCE OF THE PROGRESSIVE CHURCH WITH THE NEIGHBORHOOD ASSOCIATIONS AND COUNCILS RESIDENTS OF RECIFE: DOPS SURVEILLANCE FROM THE MILITARY REGIME TO DEMOCRACY

**Abstract:** This article focuses on the role of the Catholic Church and the Progressive movements and popular organizations of the neighborhood during the military regime in the city of Recife. It aims to understand the role and importance of the church during the reorganization of the popular neighborhoods (popular neighborhood is a little odd) after the military coup of 1964, as well as influence of DOPS over church councils and residents, as well as the factors that led to the weakening of these movements in the post-democratization period.

**Keywords:** Military Regime, Neighborhood Associations, DOPS, Progressive Church.

---

## Referências

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Coleção primeiros passos, Ed: Brasiliense. São Paulo – SP, 1985.

BOFF, Leonardo. **Ecologia Mundialização Espiritualidade**. Ed: Ática. São Paulo, 1996.

CEZAR, Maria do Céu do E. S. **Rearticulação dos Movimentos: Operação Esperança e Terras de Ninguém**. Série Movimentos de Bairro. FASE, Recife – PE, s.d.

CIRANO, Marcos. **Os Caminhos de D. Hélder: perseguição e censura (1964-1980)**. Editora Guararapes. Recife – PE, 1983.

FREIRE, Eliana Oliveira de Lima. **UMA HISTÓRIA SOCIAL DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR DE CASA AMARELA - RECIFE-PE 1964-1985**. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/21288045/Uma-Histria-Social-do-Movimento-de-Resistencia-Ditadura-Militar>. Acesso em: 22/10/2011.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia**. Ed: Loyola. São Paulo, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias Dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 4ª edição. São Paulo: Ed: Edições Loyola, 2004.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Ed: Mssangana. Recife, 1990.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. Ed: Contexto. São Paulo, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. Ed: Contexto. São Paulo, 2010.

REGINALDO VELOSO. Entrevista realizada em 14/05/2012, Recife-PE.

SCHERER-WARREN Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2º edição. Ed: Edições Loyola. São Paulo, 1996.

SILVA, Marcília Gama. **Informação, Repressão e Memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 2007. 264 f. Tese (doutorado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

---

#### SOBRE A AUTORA

**Geane Bezerra Cavalcanti** – Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

---

Recebido em 08/11/2013

Aceito em 17/11/2013